

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.297 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2001

Saturnino apresenta relatório. Tebet defende reunião aberta

Parecer sobre a violação do painel do Senado será apresentado a partir das 10h de hoje. Ramez Tebet disse que pretende realizar reunião aberta, inclusive com a presença da imprensa, e prevê votação para o dia 23



Ramez Tebet (D) diz que deve ser apresentado pedido de vista do parecer que Roberto Saturnino (E) apresenta hoje ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

O senador Roberto Saturnino apresenta hoje – a partir das 10h, na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – o parecer sobre as investigações que apuram o envolvimento dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda no caso da violação do painel eletrônico do Plenário. Saturnino confirmou que recomendará punições aos dois senadores. O presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet, disse que pretende realizar reunião aberta para votar o relatório. Se for apresentado pedido de vista, a votação deverá ser marcada para o próximo dia 23.

PÁGINA 3



Professor Ildo Sauer faz duras críticas à política governamental



“Crise energética foi programada”, diz especialista

PÁGINAS 6 E 7



O Plenário autorizou empréstimo de 218 milhões de euros do Banco Mundial que deve beneficiar 50 mil famílias em 14 estados

CCJ discute em audiência reforma na Lei das S.A.

Especialistas e representantes da Comissão de Valores Mobiliários debateram com senadores a reforma da Lei das Sociedades Anônimas. O senador Paulo Hartung disse que as mudanças devem fortalecer o acionista minoritário.

PÁGINA 8

Aprovados recursos para combater pobreza rural

PÁGINA 4

Senado vota hoje novo limite de idade para servidor público

Plenário também discute projeto que regulariza situação dos policiais militares de Rondônia

O Plenário do Senado vota hoje, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prorroga para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória do servidor público. A PEC também amplia para 70 anos a idade máxima de ingresso em tribunal superior, hoje de 65 anos. A proposta de Simon foi transferida de ontem para hoje juntamente com outras três matérias, inclusive a PEC de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que isenta de impostos os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão.

O Plenário realiza hoje o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que regulariza a situação dos policiais militares do ex-



Moreira Mendes é autor da PEC sobre a situação dos policiais militares

território federal de Rondônia. De autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), a PEC prevê que os salários e aposentadorias dos policiais, além das pensões pagas a viúvas e dependentes, serão custeados pela União, a exemplo do que ocorre com os integrantes da mesma carreira dos ex-territórios do Amapá e Roraima. Os policiais da ativa continuarão servindo ao estado na condição de cedidos.

O Plenário também votará projetos de decreto legislativo autorizando ou renovando concessões para o funcionamento da TV Record, de Franca (SP); da Rádio Clube de Indaial (SC); e de rádio comunitária administrada pela Associação Comunitária Clube do Machadinho, de Lauro Müller (SC).

Presidente do TCU fala à Comissão de Fiscalização

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Humberto Souto, comparece hoje, às 17h, à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado para prestar informações sobre os trabalhos realizados pelo órgão e promover o estreitamento das relações entre as duas Casas.

Depois da audiência com o ministro, a comissão se reunirá para



Humberto Souto presta informações sobre o trabalho do TCU

tomar conhecimento de relatórios de auditorias em vários órgãos da administração federal. Dentre elas, estão as realizadas no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, na Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Vale do Parnaíba.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

17h — Recebe o ministro Marco Aurélio Mello, presidente eleito do Supremo Tribunal Federal

12h — Reunião da Mesa

18h — Recebe o presidente da Funasa, Mauro Ricardo

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial-militar do ex-território federal de Rondônia; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

19h — Sessão Conjunta do Congresso destinada à apreciação de projetos de lei e de projetos de decreto legislativo. Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

9h — Comissão de Educação recebe o comitê de funcionários e ouvintes da Rádio MEC para debater sobre a situação atual da Radiodifusão Educativa Pública. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Conselho de Ética

Pauta: apresentação do relatório. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 242/00, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; Mensagem nº 116/01, submete à apreciação do Senado o nome de José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes para compor o Tribunal Superior do Trabalho; Mensagem nº 118/01, submete à apreciação do Senado o nome de Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, para compor o Tribunal Superior do Trabalho; Emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 — Código de Processo Penal; PLC nº 11/98, regulamenta o parágrafo 1º do art. 213 da Constituição federal; (tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99, que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo); PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 91/00, que dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado; PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 — Código de Processo Civil; PLS nº 135/99, altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente; PLS nº 148/99, que dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e pousada aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio; PLS nº 672/99, que dispõe sobre o comércio eletrônico; PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PLS nº 162/99, que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro; (tramitando em conjunto com o PLS nº 288/99, que dispõe sobre a indisponibilidade dos bens de vítimas de seqüestro e de extorsão mediante seqüestro, de seus familiares; (tramitando em conjunto com o PLS nº 309/99, que dispõe sobre o arresto de bens de pessoa seqüestrada, cônjuge, parentes e afins que com ela convivam); PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena dos crimes de extorsão mediante seqüestro e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PLS nº 2/00, estabelece restrições ao financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628/52 (tramitando em conjunto com o PLS nº 21/00, que veda a concessão de empréstimos ou financiamentos pelo BNDES a pessoas

jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628/52); PLC nº 53/00, que dispõe sobre o desmembramento dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Emendas de Plenário nºs 17 a 38 oferecidas ao PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; PLS nº 127/00, modifica o Decreto-Lei nº 911/69, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728/65, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária para determinar a correção monetária das parcelas pagas e a avaliação judicial, na forma e condições que especifica; e PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da emenda à Constituição nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judicial transitada em julgado (precatório). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

17h — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, a fim de prestar informações sobre os trabalhos que estão sendo realizados pelo órgão e para promover o estreitamento das relações entre o Legislativo e o TCU; e apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos; Aviso nº 133/00, que encaminha ao Senado o relatório de atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao quarto trimestre de 1999; Diversos nº 62/97, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado, relatório das atividades referentes ao terceiro trimestre de 1997; e Mensagem nº 541/99, abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 55,5 milhões, em favor de refinanciamento da dívida pública mobiliária federal. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: audiência pública com delegação de senadores do México, com o objetivo de conhecer as diferentes posições e a experiência brasileira no modelo de privatização do setor energético. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Cowboys do Espaço*, de Clint Eastwood. Auditório Petrônio Portella

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial-militar do ex-território federal de Rondônia; PLC nº 63/00, que dispõe sobre a inserção, nas fitas de vídeo gravadas que especifica, destinadas a venda ou aluguel no país, da seguinte mensagem: "Faça sexo seguro. Use camisinha"; PLC nº 110/00, denomina Palácio Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraíba; PLC nº 9/01, denomina Aeroporto de Uberlândia — Tenente Coronel Aviador César Bombonato o aeroporto da cidade de Uberlândia (MG); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 223/01, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 35/01 com o PLC nº 44/00, por regulararem a mesma matéria; e Requerimento nº 224/01, do senador Lauro Campos, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 35/01, com o PLC nº 44/00, por regulararem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do empresário Ivani Targino de Melo e das ex-presidentes do Santos Futebol Clube, Samir Jorge Abdul Hak e José Paulo Fernandes. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
2º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Parecer no Conselho de Ética pode ter votação pública

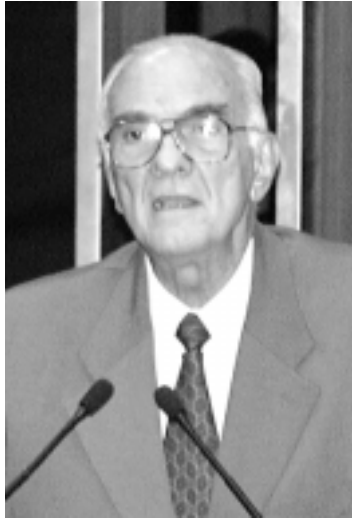
Presidente do órgão, o senador Ramez Tebet também anuncia que o relatório sobre a participação de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda no caso da violação do painel eletrônico será votado na próxima quarta-feira

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou ontem que pretende realizar reunião aberta, inclusive com a presença da imprensa, para votar o relatório sobre as investigações que apuram o envolvimento dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) no caso da violação do painel eletrônico do Senado. O relatório será apresentado a partir das 10h de hoje pelo relator, Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Tebet disse que deve ser apresentado pedido de vista do processo, por cinco dias. Assim, a votação do relatório pelo Conselho de Ética deverá ocorrer no próximo dia 23. Em entrevista à imprensa, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) informou que pretende pedir vista assim que Saturnino terminar a leitura do seu relatório.

Um segundo pedido de vista, conforme Tebet, não será aceito na reunião do dia 23. "Não admitirei qualquer manobra para protelar a votação do relatório", sustentou. Ele confirmou ainda que não pretende convocar, "por enquanto", reunião para que sejam eleitos os novos integrantes do Conselho de Ética, apesar de o mandato dos atuais senadores se encerrar em 30 de junho. "Por analogia com as comissões, o Regimento diz que, enquanto não há nova votação, os atuais integrantes continuam trabalhando normalmente", observou.

Roberto Saturnino confirmou à imprensa que recomendará em seu parecer as punições que deverão ser aplicadas a Antonio Carlos e Arruda. Arruda passou a ser investigado depois que funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) confirmaram ter participado de operação montada para retirar dos computadores do painel uma lista com os votos dados pelos senadores, em junho passado, na sessão secreta que cassou o senador Luiz Estevão. As investigações da participação de ACM tiveram início depois que a revista *IstoÉ* publicou reportagem informando que, em conversa com procuradores da República, ele admitiu ter tido acesso à lista com os votos que deveriam permanecer secretos.



Saturnino confirmou que vai propor punições para Antonio Carlos e José Roberto Arruda



Tebet declarou que não admitirá "qualquer manobra para protelar a votação do relatório"

Para Dutra, falta de apoio dificulta instalação da CPI

A falta de apoio da maioria dos senadores do PMDB e do PFL pode dificultar a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) exclusiva do Senado destinada a investigar denúncias de corrupção na administração pública, disse ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Sem sucesso, ele tentou conseguir as assinaturas do presidente do Senado, Jader Barbalho, e do ex-ministro da Integração Nacional, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), de modo a atingir o número mínimo de 27 adesões exigido para apresentação de requerimentos de CPI. Dutra observou que a assinatura de Jader constava do pedido de CPI mista proposta com o mesmo objetivo, mas inviabilizada na última hora pela desistência de 20 deputados.

— Pelo visto, estamos diante de uma operação casada, em que o governo e parlamentares conseguiram abafar a CPI mista da corrupção em troca de abafar o caso da violação do painel — afirmou Dutra, após discurso



"Vamos provar se senadores estavam ou não fazendo jogo de cena", afirmou Dutra

no Plenário em que anunciou o início da coleta de assinaturas para a CPI exclusiva.

No pronunciamento, o senador manifestou a crença nas "boas intenções" dos 29 senadores que assinaram o requerimento de CPI mista. Mas, na entrevista, lamentou constatar que muitos não retiraram suas assinaturas porque tinham como certo que as deserções entre os deputados se encarregariam de sepultar a CPI mista.

— Apesar das dificuldades, nossa obrigação é continuar tentando. E agora vamos provar se os senadores estavam ou não fazendo jogo de cena quando assinaram o primeiro requerimento — acrescentou Dutra.

O senador informou que o novo pedido de CPI já tem até o momento 12 assinaturas, inclusive as dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Requião (PMDB-PR), mas alguns integrantes da oposição ainda não assinaram o documento. Dutra disse ter obtido a promessa do senador Osmar Dias (PSDB-PR) de que continuará apoiando a iniciativa da CPI.

Jader diz que nada mais tem a falar sobre Banpará

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que não lhe cabe fazer novas considerações sobre seu suposto envolvimento em irregularidades no Banpará, depois do arquivamento da matéria pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Ele reiterou que considera o assunto encerrado desde 1992, quando o Banco Central declarou oficialmente que o seu nome estava excluído de qualquer investigação.

— Não tenho nada a falar. Quem falou mais uma vez, aliás pela sexta vez, foi o procurador, para dizer que não tenho nada a ver com esse episódio. Aliás, coisa que está muito clara no parecer do BC, escrito em 1992. Isso não pas-

sa de uma brutal campanha para atingir minha imagem. Tudo foi encerrado nove anos atrás — protestou.

Jader declarou que ficava "assustado" pela divulgação de versões que o vinculam a irregularidades no banco, embora o relatório do BC diga o contrário "em bom português". Quanto à decisão adotada pelo Ministério Público do Pará, no sentido de reabrir as investigações e pedir ressarcimento pelos desvios de recursos, o senador acha que cabe ao próprio MP prestar esclarecimentos sobre a iniciativa:

— O problema do Ministério Público do estado do Pará é com relação ao Banpará, e não com relação à minha pessoa — afirmou.



SENADOR RECEBE PARLAMENTARES

O presidente do Senado Federal, Jader Barbalho, recebeu ontem em seu gabinete o senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Acompanhado pelos deputados Saulo Pedrosa, João Grandão, Luís Alberto e Carlos Santana, ele pediu apoio para realizar encontro dos parlamentares negros.

Maguito Vilela assume cargo de presidente nacional do PMDB

O senador Maguito Vilela (GO) assumiu ontem a presidência nacional do PMDB. O cargo foi transmitido pelo senador Jader Barbalho (PA), presidente do Senado, que elogiou o sucessor:

— Com um currículo dos mais respeitadas, inclusive à frente do governo de Goiás, onde se tornou um dos governadores mais populares, não tenho dúvida nenhuma de que ele terá um excelente desempenho à frente da presidência do PMDB — afirmou.

Jader disse que torce para que o partido tenha candidatura própria à sucessão de Fernando Henrique Cardoso.

— Um partido do tamanho do PMDB tem tudo para ter candidato próprio à Presidência da República. O partido tem eleitores, o que é fundamental, tem quadros e é o mais estruturado e de maior presença no território nacional. Tem o que é essencial: voto — destacou.

Autorizado crédito externo para combater pobreza rural

Após longo debate, com intervenções de 16 senadores, Plenário aprovou a contratação de empréstimo de 218 milhões de euros junto ao Banco Mundial. Programa será executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Inbra

O Senado decidiu ontem autorizar o Brasil a contrair empréstimo de 218 milhões de euros junto ao Bird (Banco Mundial). O dinheiro destina-se ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, que deverá ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Inbra.

Ao pedir a autorização, o governo informou ao Senado que o projeto deverá beneficiar 50 mil famílias em 14 estados – nove do Nordeste e três do Sul, além de Minas Gerais e Espírito Santo.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total desse projeto foi estimado em até US\$ 400 milhões, a serem desembolsados em quatro anos, sendo US\$ 200 milhões provenientes de financiamentos do Bird e o restante aportado como contrapartida nacional, proveniente do Banco da Terra, dos estados e dos beneficiários.

Dezesseis senadores manifesta-

ram-se sobre o empréstimo, a maioria aprovando-o. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que a idéia de obter recursos do Banco Mundial para aplicar em programas da reforma agrária nasceu no Senado, concebida inicialmente pelo então senador Esperidião Amin, hoje governador de Santa Catarina. Alcântara afirmou que a iniciativa não inviabiliza a reforma agrária como tradicionalmente executada. Conforme explicou, trata-se de mais um instrumento para facilitar o acesso do homem à terra.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), como outros opositoristas, criticou a proposta, observando que, com projetos desse tipo, o governo evita cumprir a Constituição, que manda desapropriar o latifúndio improdutivo. Em sua opinião, ao invés de desapropriar terras improdutivas, como manda a Constituição, o governo prefere materializar uma reforma agrária de mercado.



Pedido de autorização para contratar empréstimo externo gerou debate entre os senadores



Geraldo Melo deu parecer favorável ao empréstimo do Banco Mundial para a área de educação do Ceará

Ceará terá empréstimo para melhoria da educação

O Plenário do Senado aprovou ontem pedido do governo do Ceará para tomar empréstimo de US\$ 90 milhões do Banco Mundial, com aval da União, a fim de financiar parcialmente o Projeto de Melhoria da Qualidade da Educação Básica do estado. A proposta teve parecer favorável do relator, senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Durante a discussão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) advertiu que uma comissão parlamentar de inquérito, instalada pela Assembléia Legislativa do Ceará, havia investigado irregularidades

na aplicação de dinheiro da União no ensino em vários municípios. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) explicou que a CPI só identificou irregularidades nos municípios, sem envolvimento com o governo estadual, e pediu a aprovação do financiamento.

Conforme parecer da Secretaria de Educação Básica do Ceará, o dinheiro do empréstimo será usado em projetos e programas que já mostraram sucesso no estado, como a formação de professores e apoio à descentralização e à melhoria das secretarias municipais de ensino.

Suassuna: seca pode provocar novos saques na Paraíba

Ao pedir recursos emergenciais para seu estado, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou ontem para o risco de crescimento dos saques em função dos efeitos da seca na Paraíba. Segundo ele, alguns episódios já vêm ocorrendo, um deles registrado ontem na cidade de Aparecida, e o quadro deve agravar-se, já que estudos científicos prevêem uma estiagem das mais severas este ano.

De acordo com o senador, recursos destinados a cestas básicas e caminhões-pipa já acabaram, sem que até o momento estejam previstas novas verbas. Para piorar a situação, os parlamentares não têm interlocutores no governo, uma vez que o Ministério da Integração Nacional está sem o titular e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) está sendo extinta.

— Voltei muito impressionado de uma visita a várias áreas da Paraíba. As pessoas estão passando fome e não temos a quem apelar — lamentou o senador.

Aprovada rádio comunitária

O Plenário aprovou ontem decreto legislativo que autoriza o funcionamento de uma emissora de rádio comunitária na cidade de São Francisco de Paula (MG). A proposta teve parecer favorável apresentado pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG).

O Senado aprovou ainda outros dois decretos legislativos de reno-

vação de funcionamento de rádios. Foram beneficiadas a Rádio Cidade de Campinas, da cidade de Itu (SP), e Morada do Sol, de Araquara (SP). Os projetos contaram com pareceres favoráveis apresentados na Comissão de Educação pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Congresso examina três projetos sobre orçamento

O Congresso Nacional tem reunião marcada para as 19 horas de hoje para examinar três projetos. Um deles, de decreto legislativo, já aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, autoriza a execução orçamentária para as obras de infraestrutura de irrigação no Perímetro Pontal Norte Sul no estado de Pernambuco. Os valores fazem parte do orçamento do Ministério da Integração Nacional de 2001.

Os senadores e deputados tam-

bém devem analisar dois projetos de lei do Congresso Nacional. Um deles abre crédito suplementar no âmbito do Orçamento Fiscal da União em favor da Câmara dos Deputados, no valor de R\$ 70 milhões, para reforço de dotação constante do orçamento vigente do órgão. O outro prevê um crédito suplementar de R\$ 877 mil em favor da Companhia Docas do Ceará (CDC) na rubrica do Orçamento de Investimento.

Rainha e princesas da Fenadoce visitam o Senado

O presidente do Senado, Jader Barbalho, concedeu audiência ontem à rainha da 9ª Feira Nacional do Doce (Fenadoce) de Pelotas (RS), acompanhada de duas princesas, do presidente da feira, Fernando Estima, e do deputado Fetter Junior.



Jader Barbalho recebeu delegação da Fenadoce, que se realiza em Pelotas (RS)



Ari Natalino da Silva disse à CPI que usa "laranjas" para facilitar negócios

Empresário confessa que usa "laranjas" nos negócios

O empresário Ari Natalino da Silva admitiu ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso que investiga o roubo de cargas que faz uso de "laranjas" para realizar negócios. Acusado de lavagem de dinheiro, receptação de carga roubada, falsidade ideológica e adulteração de combustível, Natalino foi acareado com sua secretária, Sandra Regina Davanço.

Sandra admitiu ser uma das "laranjas", inclusive em uma empresa situada em paraíso fiscal, e caiu em várias contradições. Natalino alegou que utiliza "laranjas" para facilitar os negócios e afirmou que vem sofrendo perseguição por parte de grandes empresas distribuidoras de combustível do país.

Recuperando-se de um transplante de medula, Natalino compareceu à CPI acompanhado de quatro advogados e munido de um habeas-corpus preventivo, emitido pelo ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal. O empresário, que já respondeu a 27 processos, confessou ser o verdadeiro dono da empresa distribuidora de



petróleo Petroforte, a terceira maior do país, com sede em São Paulo. Disse ainda que fatura anualmente cerca de R\$ 600 milhões e que é dono de mais de 200 empresas.

Durante a tensa acareação de Natalino e Sandra, o vice-presidente da CPI, deputado Mário Negromonte (PFL-BA), deu voz de prisão, por desacato, a um dos advogados do empresário, Marcelo Lobato Lechtman, e a Petrônio Augusto, pai de outro dos advogados. Petrônio xingou o deputado Robson Tuma (PFL-SP) e o presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Já Lechtman discutiu com o deputado João Hermann (PPS-SP).

Uma força-tarefa para investigar os negócios de Natalino deverá ser formada pelo Ministério Público, a Agência Nacional de Petróleo, a Receita Federal e a Polícia Federal a pedido do relator da CPI, deputado Oscar Andrade (PFL-RR). A comissão determinou nova acareação entre Natalino e um de seus sócios, Adjmir Simões Ferreira, em data a ser marcada.

SUS pode ser obrigado a custear remoção de paciente

Entre as 22 matérias da pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), consta projeto de lei prevendo que o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá fornecer transporte, alimentação e pousada para pacientes que necessitem de tratamento fora de seu local de domicílio. A proposta, da senadora Marina Silva (PT-AC), estabelece que doentes moradores de localidades com carência de serviços de saúde poderão pedir remoção para outras cidades dotadas de centros médicos mais avançados. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Em sua justificativa, Marina des-

taca que uma grande parcela da população brasileira está dispersa em enormes áreas, especialmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e vive em locais que não têm recursos médicos mais completos. Para garantir atendimento adequado, acrescenta, essas pessoas precisam viajar para os grandes centros urbanos do país.

Na pauta da CCJ, está também projeto do senador Lúcio Alcântara que regulamenta o comércio eletrônico, ou seja, as compras feitas via Internet. Ele prevê que, na formação de um contrato, a oferta e a aceitação poderão ser expressas por mensagens eletrônicas e que essas mensagens terão efeito jurídico, quando demandado.

CAS debate reprodução assistida com especialistas

Para a professora de Direito Civil Jussara Maria Leal de Meirelles, uma das convidadas, deve-se impedir o descarte de embriões

Em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no início da noite de ontem, para instruir o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que trata da reprodução assistida, a professora de Direito Civil Jussara Maria Leal de Meirelles, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná, manifestou sua preferência pelo substitutivo apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao confrontar o projeto original com o substitutivo aprovado na CCJ, a professora ressaltou a questão da manutenção de embriões em laboratório. No projeto original está prevista a possibilidade de descarte, manipulação e armazenamento de embriões, o que é proibido pela legislação atual. Por outro lado, ela citou que o substitutivo, inspirado na legislação alemã sobre o assunto, estabelece que seja obtido apenas o número de embriões necessário.

Já a professora Silmara Juny de Abreu Chinelato e Almeida, do Departamento de Direito Civil da Universidade de São Paulo (USP) e integrante da Comissão de Bioética e Biodireito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção São Paulo, defendeu o aperfeiçoamento da linguagem utilizada na lei que será aprova-



Roberto Requião é autor do substitutivo apresentado na CCJ ao projeto

da, mesmo reconhecendo que o substitutivo de Requião apresenta progressos nesse aspecto. Ela também discordou do projeto de Lúcio Alcântara no que diz respeito a permitir que mulheres solteiras façam uso das técnicas de reprodução humano-assistidas, dando origem a uma família monoparental planejada. "Tenho dúvida se é ideal do ponto de vista da criança ela já nascer sem pai", afirmou, registrando que o substitutivo não aceita essa possibilidade.

INFORMAÇÃO

A diretora-executiva do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Débora Diniz, defendeu a criação de comissão nacional de reprodução humana nos moldes da que existe no Canadá, a ser definida em lei complementar. Esse organismo poderia melhorar a coleta de infor-

mações para embasar as discussões e decisões sobre a reprodução assistida, disse. Ela cobrou a inclusão na lei de seção que trate especificamente da saúde da mulher. "Nem o projeto original nem o substitutivo tratam do tema", afirmou.

Representando as igrejas evangélicas, o deputado federal De Velasco (PSL-SP) afirmou que biblicamente nada há que impeça um casal que queira ter filhos de se beneficiar da reprodução humana medicamente assistida. Ele lembrou que a própria Bíblia, pelo menos em duas passagens, trata da questão da gestação de substituição. Um desses momentos, segundo o parlamentar, é o de Sara, que, por ser estéril, deu sua escrava Agar para gerar filhos com seu marido, Abraão. Da relação nasceu Ismael, que foi tratado como filho de Sara, relatou.

Último convidado a falar, Nelson Cardoso de Almeida, coordenador adjunto da área de saúde da mulher do Ministério da Saúde, sugeriu maior preocupação quanto à proteção à saúde de quem vai se utilizar das técnicas de reprodução assistida. Ele também defendeu o anonimato do doador. "Imputar paternidade ou maternidade, seja da forma biológica ou não, a um doador é reprimir a capacidade de doar", observou.

Viana quer dados para elaborar parecer

O senador Tião Viana (PT-AC), que presidiu a audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com o objetivo de instruir o projeto do senador Lúcio Alcântara que trata da reprodução assistida, solicitou aos convidados que participaram da reunião que enviem cópia da exposição que fizeram para que possa ser elaborado documento sobre o tema. Tião Viana é o relator da matéria na CAS.

Durante o debate na comissão, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que a matéria, por ser polêmica, deve ser discutida sob todos os pontos de vista, inclusive o religioso. Por sua vez, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP)

pediu esclarecimentos sobre a importância de se reduzir o número de embriões implantados para evitar a gravidez múltipla. A resposta veio da diretora-executiva do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Débora Diniz. Segundo ela, o risco de ocorrer paralisia cerebral é 17 vezes maior em trigêmeos, além de existir a possibilidade de os bebês nascerem prematuros.

Sebastião Rocha também perguntou se existem dados estatísticos oficiais sobre o aumento da incidência de gêmeos com a reprodução geneticamente assistida. Os debatedores não tinham conhecimento de informações estatísticas nesse sentido.



Tião Viana solicitou cópia das exposições dos especialistas que participaram da audiência

Para especialista, crise energética foi programada

Em audiência na Comissão de Infra-Estrutura, o professor Ildo Luiz Sauer, da Universidade de São Paulo, afirmou que as empresas públicas do setor elétrico foram proibidas pelo governo de ampliar sua capacidade de produção

O professor Ildo Luiz Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), afirmou ontem que a crise de energia elétrica que se inicia



no Brasil não foi apenas anunciada, foi também programada. Durante audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que discutiu a privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) Paraná — cujo leilão estava marcado para hoje mas foi adiado —, o professor criticou duramente a gestão e a política de privatização do setor.

De acordo com Sauer, o sistema elétrico brasileiro, baseado no acúmulo de água em hidrelétricas de grande porte, permite que o déficit de chuvas em determinado período seja equacionado em um horizonte longo, entre cinco e seis anos. O correto, afirmou, é que, ao fim do período chuvoso, as represas estejam com os reservatórios cheios ou quase cheios, acima de 95% de sua capacidade.

O último ano em que isso aconteceu, afirmou o professor, foi 1994. Ele disse que a reserva, em 1999, estava em torno de 70%. No ano passado, caiu para 56%, até desabar, este ano, para 36%, em média.

— Isso aconteceu porque, de 1995 para cá, tiramos mais água do que entrou pelas chuvas — lem-

brou Sauer. Segundo ele, a demanda cresceu em torno de 3 mil megawatts/hora (MWh) por ano, desde 1995, enquanto a ampliação da geração não passou de 2 mil MWh anuais.

Sauer afirmou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estava proibido, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de financiar empresas estatais para ampliação da capacidade instalada. Essa ampliação, para ele, teria evitado o colapso que está à frente. No entanto, o governo permitiu que o banco financiasse metade do preço mínimo das usinas vendidas a grupos estrangeiros em leilões — cerca de R\$ 700 milhões. Juntas, elas totalizam potência instalada de 4,4 megawatts. Com a venda, segundo o professor, o Estado perdeu a capacidade de alavancar novos investimentos em geração de energia.

— É de uma clareza meridiana que houve algo errado, gastando-se mais água do que se podia repor e usando dinheiro do BNDES para financiar o que já estava pronto — comentou o senador Alberto Silva (PMDB-PI).

CESP

O professor Ildo Luiz Sauer também afirmou que há “dúvidas muito sérias” quanto à privatização da

Cesp Paraná. Ele lembrou que o preço mínimo estabelecido para a venda da empresa, R\$ 1,79 bilhão, foi fixado pelo governo do estado de São Paulo em 30 de junho do ano passado. De lá para cá, a empresa investiu R\$ 1,1 bilhão em obras e ainda renegociou US\$ 500 milhões de seu endividamento. Mas o preço, afirmou, continuou o mesmo, e o controle acionário da empresa está sendo vendido por pouco mais do que seu faturamento anual, que está em torno de R\$ 1,6 bilhão.

Para Sauer, a venda da capacidade de geração de energia no Brasil irá gerar uma transferência de renda



Guilherme de Toledo, presidente da Cesp: custo ambiental impede construção de novas hidrelétricas

de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano para o setor privado. Essa situação, segundo disse, vai criar um problema de custo para as indústrias. Respondendo ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o professor uni-



Ildo Luiz Sauer também criticou a venda da Cesp Paraná

versitário acrescentou que essa transferência também diminuirá a renda das famílias. Segundo disse, o aumento do custo da energia já acontece no varejo, com o MWh vendido a R\$ 35. Ele vaticinou que o preço futuro será ditado pelas usinas térmicas, que vendem o MWh a R\$ 90.

Já o presidente da Cesp, Guilherme Augusto Cirne de Toledo, respondeu ao senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que o leilão da empresa não será influenciado pela crise energética, já que a concessão será feita por 30 anos. A empresa tem seis usinas, com produção de 6,93 mil MWh instalada.

O presidente da Cesp ressaltou que quem adquirir os 38% do capital da empresa — correspondente a 75% das ações com direito a voto e hoje em poder do governo paulista — terá também de assumir a dívida da companhia.

Guilherme de Toledo disse que as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste não têm mais grandes reservas hidrelétricas. Nas outras regiões, afirmou, os custos ambientais inviabilizam a maioria das obras programadas. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que é preciso “flexibilizar um pouco” a legislação referente ao impacto ambiental provocado pelas obras.

Respondendo ao senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), o presidente da Cesp disse que a empresa antecipou-se à crise energética, ampliando, desde 1995, sua capacidade instalada em 30%. Já o professor Sauer afirmou ao senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que a vinda de energia elétrica da Venezuela — país que tem excedente em sua produção — é problemática devido à passagem das linhas de transmissão por terras indígenas naquele país.

CI realizará audiência sobre racionamento

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem a realização, na próxima terça-feira, dia 22, às 10h, de audiência pública para discutir com o ministro de Minas e Energia, José Jorge, as medidas de racionamento de energia. Também devem ser convidados o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo; o diretor-presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS), Mário Fernando de Melo Santos; o superintendente de Regulação Econômica da Aneel, César Antonio Gonçalves; e o ministro responsável pela administração da crise energética, Pedro Parente.

A audiência foi motivada por requerimentos apresentados pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES), pedindo a realização de duas audiências distintas, uma sobre o racionamento e outra sobre a atual política tarifária de energia. Os senadores da CI entenderam, porém, que as questões estão interligadas,

e decidiram realizar uma única audiência. Também serão convidados para a reunião os professores Ildo Luiz Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), e Luiz Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por sugestão da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Alguns senadores desejavam que a audiência pública fosse realizada ainda esta semana. O presidente da CI, senador José Alencar (PMDB-MG), argumentou, no entanto, que “o quadro está ainda muito nebuloso e confuso”. Ele leu notícia publicada pela imprensa mostrando que o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, considera ainda uma hipótese o racionamento de energia. Como as medidas de racionalização e possível racionamento de energia elétrica serão apresentadas sexta-feira, os parlamentares decidiram marcar a audiência pública para a próxima semana.

A CI também aprovou ontem, em

turno suplementar, projeto de lei do senador licenciado José Jorge (PFL-PE) que amplia para todas as fontes alternativas de energia de potência superior a mil quilowatts, inclusive as eólicas, os benefícios concedidos às pequenas centrais hidrelétricas.

Hoje, essas geradoras têm redução de 50% no valor do pedágio de transmissão e distribuição de eletricidade e podem comercializar energia com consumidores que possuem carga igual a 500 quilowatts ou acima desse valor. A proposição altera a lei que disciplina o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica e teve parecer favorável do relator na CI, senador Paulo Souto (PFL-BA).

O projeto foi aprovado sem necessidade de votação, já que no turno suplementar não foram apresentadas emendas. Já aprovada também pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria segue agora para votação em Plenário.

Hartung considera que debate dará transparência às medidas

O líder do PPS, senador Paulo Hartung (ES), anunciou ontem em Plenário a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na próxima semana, para debater a crise de energia elétrica no país (ver matéria ao lado).

Hartung acredita que a audiência servirá para dar transparência às medidas a serem adotadas pelo governo, bem como para proporcionar uma oportunidade aos senadores de fazer uma análise crítica da situação e apresentar sugestões para solucioná-la.

O senador pelo Espírito Santo

lembrou que iniciativas como racionamento ou corte de energia interferem, diretamente, na qualidade de vida das pessoas, na produção nacional e até no crescimento da economia. Ele lamentou que a crise estivesse acontecendo num momento de mercados nervosos, devido também à crise da Argentina.



Paulo Hartung disse que racionamento vai interferir na vida das pessoas

Jader propõe "mutirão nacional" contra falta de energia

Problema deve ser enfrentado pelo governo, com a participação do Congresso e da sociedade, sugere o senador. Ele também cobra do Executivo os investimentos necessários no setor elétrico para que o Pará ajude a tirar o país da crise

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), disse esperar que o governo federal encontre alternativas para atenuar as atuais dificuldades no abastecimento elétrico, com a participação do Congresso Nacional e da sociedade. Ele defendeu ainda "um mutirão nacional" para tentar solucionar o problema da falta de energia.

Em nome da população do Pará, o senador manifestou ontem a expectativa de que o governo federal cumpra com suas obrigações e viabilize investimentos no segundo "linhão" da usina de Tucuruí, na construção da hidrelétrica de Belo Monte e na restauração do Rio Tocantins, medidas que contribuirão para solucionar o problema da falta de energia elétrica no país.

O senador afirmou que a população do Pará está "inconformada" com a possibilidade de o estado ser incluído no programa de racionamento, já que o estado é o quinto maior produ-



Jader: a população do Pará está "inconformada" com a possível inclusão do estado no racionamento

tor e o terceiro exportador de energia elétrica do país.

Jader Barbalho lamentou que o estado só não tenha contribuído mais para a geração elétrica "pela falta de planejamento do governo em investir nessas obras necessárias para o setor energético". Jader considerou "inacreditável" que a área de planejamento do governo fede-



ral não tenha tido a capacidade de prever que a ausência de investimentos no setor levaria o país a reduzir o seu crescimento econômico e ter como consequência a queda na geração de empregos, a ampliação dos problemas sociais e o comprometimento da qualidade de vida da população. Ele ressaltou que é "impossível haver planejamento de desenvolvimento com falta de energia".

— Não posso entender que todas as previsões de crescimento do país não tenham passado na área econômica do governo pela verificação da necessidade de investimentos para o setor energético. Considero quase imperdoável o que está acontecendo hoje nessa área — afirmou.

Parlamentares fazem críticas ao governo

Durante o pronunciamento feito ontem pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, sobre a gravidade das deficiências enfrentadas no Brasil na área de fornecimento de energia elétrica, vários senadores tomaram a palavra, em apertes, para apoiar o seu discurso.

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) disse que a duplicação da capacidade energética de Tucuruí está ameaçada devido a atraso no cronograma de construção das eclusas. Carlos Bezerra (PMDB-MT) lamentou que o governo Fernando Henrique estivesse mais preocupado com a globalização e as privatizações do que com questões fundamentais como investimentos em energia.

O senador Ney Suassuna



Ney Suassuna cobra maior ação por parte das distribuidoras



Luiz Otávio queixou-se do atraso nas obras de Tucuruí



Alberto Silva quer soluções para os "fatos consumados"

(PMDB-PB) afirmou que as distribuidoras descumprem uma lei que as obriga a investirem 1% de sua arrecadação em aparelhos que evitam que, no momento de pique, as residências utilizem a eletricidade em consumo máximo, diminuindo o custo em 20%.

Enquanto o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) considerava que a atual crise no abastecimento de energia tem como causa o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que privile-

giou a privatização em detrimento de investimentos no setor, Casildo M a l d a n e r (PMDB-SC) fez um trocadilho. Disse que, no caso da energia, "houve um racionamento de responsabilidade em vez de uma responsabilidade racional" por parte do governo.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) concordou com Jader, afirmando que, "diante dos fatos consumados, o que se deve fazer é apresentar soluções para o caso". O senador José Alencar (PMDB-MG) lembrou a posição de estadista do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que colocou em sua campanha eleitoral o binômio energia e transporte, "quando hoje há um descuido quanto a esses temas".

CI debate questão elétrica com senadores mexicanos

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador José Alencar (PMDB-MG), promove a partir das 18 horas de hoje audiência pública com uma delegação composta por seis senadores do México.

O objetivo é discutir a experiência brasileira no campo da privatização de empresas do setor energético e as políticas dos dois países para o setor elétrico. Os senadores mexicanos também debaterão o assunto na Comissão de

Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Ontem, a comissão debateu a privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) Paraná, cujo leilão estava marcado para hoje mas foi adiado pelo governo do estado de São Paulo.

A audiência pública contou com as presenças do professor Ildo Luiz Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), e do presidente da Cesp, Guilherme Augusto Cirne de Toledo.

Plenário aprova nomes indicados para a Aneel

O Senado aprovou ontem duas mensagens do presidente da República, indicando Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa e Eduardo Henrique Ellery Filho para os cargos de diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Pedrosa foi aprovado por 60 votos favoráveis, quatro contrários e seis abstenções. Ellery Filho recebeu 60 votos favoráveis, sete contrários e cinco abstenções. Na presidência da Mesa, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a decisão agora será comunicada ao presidente da República.

Oito senadores manifestaram-se na votação, a começar por Emilia Fernandes (PT-RS), que pediu o aprofundamento do debate sobre o racionamento de energia. Ela disse que, se os cortes chegarem a 25% do consumo atual, isso significará uma queda de 2% do PIB, o que desempregará até 1 milhão de trabalhadores. Na opinião da senadora, o presidente Fernando Henrique Cardoso "está tratando o problema como um

caso corriqueiro de administração".

Roberto Freire (PPS-PE) lembrou que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de sua autoria que exclui do pro-



Os novos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica foram aprovados em votação secreta

grama de privatização as empresas de geração e produção de energia elétrica. O parlamentar afirmou que, se o Legislativo tivesse vetado a privatização de empresas do setor elétrico, provavelmente o país não enfrentaria agora o racionamento. Segundo ele, o setor elétrico público cancelou investimentos de expansão exatamente porque o setor ia ser privatizado e deu como exemplo o caso da Hidrelétrica de Furnas.

Freire pediu ainda que o Senado aprimore a análise dos nomes indicados pelo presidente para integrar as diretorias das agências reguladoras. Em sua opinião, "se o presidente não foi avisado que o país caminhava para uma crise no fornecimento de energia elétrica, foi porque a tecnoburocracia falhou em não alertá-lo".

Lei das S.A. deve fortalecer acionista minoritário

Esse é o pensamento do senador Paulo Hartung, que solicitou a audiência pública realizada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Três especialistas debateram o tema com os senadores

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que a reforma da Lei das Sociedades Anônimas (Lei das S.A.), que está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), vai fortalecer o acionista minoritário para popularizar o investimento no mercado de capitais.



Hartung: mercado de capitais pode se tornar alavanca do desenvolvimento

Hartung foi o autor do requerimento que solicitou a realização de audiência pública na CCJ para debater o assunto, com a presença de especialistas e representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

— O ponto fundamental é fortalecer o acionista minoritário, que tem uma posição muito desigual nas sociedades anônimas no Brasil. Se for dada segurança a quem investe, o mercado de capitais vai deixar de ser pequeno no país e vai se tornar uma grande alavanca do desenvolvimento econômico — afirmou Hartung.

A audiência pública colocou

ontem de um lado o advogado Modesto Carvalhosa, que defendeu aperfeiçoamentos no projeto, e o presidente da CVM, José Luiz Osório de Almeida Filho, que, junto com o ex-diretor da entidade, Luiz Cantidiano, apresentou argumentos no sentido de que a proposta

aprova da Câmara dos Deputados já representa avanços significativos para modernizar a aplicação de recursos em empresas de capital aberto, que têm ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Os especialistas foram unânimes ao afirmar que a lei atual, de 1976, impede o crescimento de uma cultura de investimento no mercado de capitais, já que, hoje, o poder está concentrado nas mãos dos controladores da empresa, sem que sejam dadas garantias ao pequeno investidor.

Segundo as regras atuais, apenas ações ordinárias dão direito a



O senador Francelino Pereira (segundo à esquerda) acompanha a audiência pública com especialistas na CCJ

voto. Porém, até dois terços das ações da empresa podem ser preferenciais, que, apesar de darem direito a participação nos dividendos, não permitem que se influenciem nos destinos da empresa. Dessa forma, uma empresa pode ser controlada por quem tiver metade mais uma das ações ordinárias, que pode representar apenas 16,7% do total do capital da empresa.

— O investidor de hoje não vai querer papéis que o deixam à mercê do controlador — afirmou

Cantidiano que, assim como Osório, argumentou que o projeto de lei em análise na CCJ poderá colocar o mercado de ações brasileiro em condições de competir com outras bolsas do mundo.

Carvalhosa, por outro lado, entende que o projeto da Câmara, apesar de apresentar diversos pontos que favorecem o acionista minoritário, traz dispositivos que tiram as conquistas, mantendo poderes excessivos nas mãos dos controladores das empre-

sas. Como exemplo, o advogado citou que a proposta, apesar de reduzir para a metade o limite do número de ações preferenciais, permite que as empresas que já têm capital aberto continuem com esse limite fixado em dois terços do total do capital.

“Cria-se um privilégio inexplicável”, reclamou Carvalhosa, pedindo aos senadores que ampliem a proteção aos acionistas

minoritários na gestão das corporações e, principalmente, em caso de mudança societária e na venda da empresa.

— O tema é muito árido. O projeto não é o ideal, mas fruto de uma negociação dura, que originou o projeto possível. Devemos perguntar: o possível é o suficiente? Só vamos direcionar a poupança popular para o mercado de ações se dermos segurança legal e transparência ao poupador — afirmou Hartung.

Para José Agripino, projeto deve ser analisado “sem sofreguidão”

Apesar de considerar que a modernização do mercado de capitais brasileiro é necessária, o senador José Agripino (PFL-RN), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do projeto que modifica a Lei das S.A., considera que o assunto deve ser analisado “sem sofreguidão”. Na sua opinião, o projeto aprovado pela Câmara merece revisão detalhada no Senado. Ele prometeu entregar seu relatório “no menor prazo possível” e anunciou que solicitará contribuições de especialistas e instituições que atuam no setor.

Na mesma linha, o senador José Fogaça (PMDB-RS) declarou que a reforma da Lei das S.A. é o projeto mais importante em análise na CCJ este ano. Para ele, somente com ampla reforma o Brasil poderá criar um verdadeiro mercado de capitais e, ao mesmo tempo, uma nova cultura empresarial que privilegie a transparência.

— O empresário nacional gosta



Agripino considera que a proposta aprovada pela Câmara merece revisão detalhada

que as informações sobre o desempenho de sua empresa fiquem longe até mesmo do acionista preferencial — avaliou, ao listar algumas vantagens sugeridas pela proposta aprovada na Câmara, como a possibilidade de o acionista minoritário opinar sobre a contratação de auditorias.

Porém, na opinião de Fogaça, o projeto em análise abrange dispositivos que dizem respeito ao sistema financeiro nacional, que,

segundo o art. 192 da Constituição, só pode ser regulamentado por uma única lei complementar. Ele alertou a CCJ para que o Congresso não seja surpreendido por inconstitucionalidades.

Em discordância com o advogado Modesto Carvalhosa, Fogaça também elogiou a proposta de transformação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em agência autônoma, com independência administrativa, cujos dirigentes teriam mandato fixo e seriam indicados pelo presidente da República e sabatinados pelo Senado, a exemplo das demais agências reguladoras, como a de Telecomunicações (Anatel) e de Energia Elétrica (Aneel).

Já o senador Iris Rezende (PMDB-GO), depois de lembrar episódios em que a legislação prejudicou acionistas minoritários, disse acreditar que o momento é ideal para o Senado aperfeiçoar ainda mais a Lei das S.A. e garantir a confiança dos futuros investidores.

CAE e CCJ querem acelerar a tramitação da proposta

Atendendo a pedido do presidente do Senado, senador Jader Barbalho, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem examinar o projeto de lei que altera a chamada Lei das S.A. (Sociedades Anônimas) em reuniões conjuntas com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao dar conhecimento aos membros da CAE sobre o pedido de Jader, o presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), informou já haver discutido o assunto com o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que concordou em atender à solicitação do presidente do Senado, de modo a dar mais rapidez à apreciação do projeto de lei já aprovado na Câmara.

O senador Lúcio Alcântara afirmou também que nos próximos dias anunciará o nome do relator da matéria.



Alcântara diz que já discutiu com Bernardo Cabral exame conjunto do projeto

MECANISMOS

As mudanças na Lei das S.A. vêm sendo defendidas há muito por diversos setores do governo, do Congresso, do mercado financeiro e por especialistas no assunto. A maioria quer, principalmente, criar mecanismos que coibam manobras especulativas danosas ao mercado e que também sejam capazes de dar mais segurança e atrativos aos pequenos investidores.

Proposta de Maria do Carmo garante repasse para merenda

A falta de prestação de contas dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, pelo antecessor, não deve impedir o repasse das verbas para o novo prefeito, de acordo com projeto de lei da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). A continuidade do repasse se dará, conforme a proposta, sem prejuízo das sanções administrativas e criminais que couberem em cada caso.

Na justificativa do projeto, a senadora argumenta que, embora os prefeitos inadimplentes devam ser responsabilizados penalmente com base na legislação vigente, "não parece razoável que os novos prefeitos recém-empossados, absorvidos pelos novos encargos e compromissos, tenham de enfrentar os graves problemas sociais e administrativos acarretados pelo bloqueio de recursos no funcionamento das escolas



Maria do Carmo: solução para atender à transição dos mandatos eletivos

do ensino público pré-escolar e fundamental".

Maria do Carmo cita reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*, no dia 10 de fevereiro, em que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, recomenda que os atuais prefeitos com dificuldades de reunir a documentação necessária entrem na Justiça contra as administrações anteriores. O ministro também garantiu, segundo o jornal, que, de posse de cópia da ação judicial, o ministério repassará os recursos.

— Tendo em vista as graves repercussões para o funcionamento das escolas do ensino pré-escolar e fundamental, é necessário buscar uma solução de caráter permanente e geral, para atender à transição de mandatos eletivos — disse Maria do Carmo.

O projeto está tramitando nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE).

CCJ analisa indenização para vítima de acidente em via pública

O projeto de lei de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que concede indenizações a quem sofrer acidente de trânsito decorrente da má conservação das vias públicas está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se aprovado pelo colegiado, a proposta será encaminhada diretamente à Câmara dos Deputados, já que a decisão será terminativa. O projeto só será examinado pelo Plenário se houver recurso suscitado por um décimo dos senadores.

De acordo com a proposta de Maguito, no prazo máximo de 30 dias após a data do acidente, o órgão ou entidade pertencente ao sistema nacional de trânsito responsável pela via em que ocorreu o fato terá de indenizar a vítima. Se houver atraso no pagamento da indenização, o órgão estará sujeito a multa de até dez vezes maior a soma dos valores devidos.

A indenização a que o projeto se refere terá de cobrir as despesas de locomoção e os gastos médico-hospitalares da vítima, além de todo o auxílio psicológico que for necessário. Maguito teve a preocupação de fazer com que a indenização compreenda o auxílio-invalidez e a pensão, no caso



Maguito Vilela quer garantir também o ressarcimento dos danos materiais

de morte. O ressarcimento dos danos patrimoniais também está assegurado.

— É inaceitável que as pessoas sofram lesões físicas que as levam à incapacitação ou morte por culpa dos que deveriam promover a conservação das estradas — disse Maguito.

O senador considera que, embora o Código de Trânsito Brasileiro faça alusão a esses casos, ela se dá de forma genérica e pouco objetiva. No entendimento do parlamentar, o projeto significará "a inserção de um elemento concreto, capaz de dar sustentação legal para aquelas vítimas ou suas famílias que se sintam no direito de cobrar a responsabilidade dos governos".

Osmar Dias quer alterar projeto sobre contribuição à Previdência

Emenda do senador, indicado para relatar a proposta do Executivo, exclui do novo sistema os criadores de aves, porcos, camarões e peixes

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) anunciou em discurso que irá propor a exclusão dos criadores de aves, porcos, camarões e peixes do novo sistema de cobrança previdenciária, proposto pelo governo, por considerar que os quatro setores seriam prejudicados.

Projeto do Executivo, do qual Osmar Dias é relator, determina que a agroindústria passará a depositar 2,6% de contribuição previdenciária cobrada sobre o faturamento, contra os 20% sobre salários pagos atualmente.

Depois de ouvir representantes dos setores, o senador concluiu



Osmar Dias argumenta que os quatro setores seriam prejudicados

que a mudança é oportuna e desejada pelos produtores de açúcar, álcool e café, mas "atingirá em cheio" a suinocultura e a avicultura num momento em que estão ganhando mercado externo, por causa da crise europeia da carne bovina provocada pela doença da vaca louca. Ele explicou que,

se aplicada aos criadores de aves, a contribuição previdenciária paga por eles terá um aumento de 180%.

O senador do Paraná chegou à conclusão de que a cobrança da contribuição sobre o faturamento da produção de álcool, açúcar e café irá estimular a legalização de trabalhadores perante a Previdên-

cia Social. Já a mudança para os criadores de aves e suínos deverá provocar demissão — o setor emprega cerca de 4 milhões de famílias. Osmar Dias apresentará seu relatório à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na próxima quarta-feira, dia 23. Se a comissão e o Plenário do Senado concordarem com sua emenda, a proposta voltará ao exame da Câmara, em regime de urgência constitucional.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), manifestou apoio à emenda de Osmar Dias, observando que o governo quer resolver os problemas da agroindústria, mas sem demissões. Também deram apoio ao relator os senadores Carlos Wilson (PPS-PE), Arlindo Porto (PTB-MG) e Geraldo Althoff (PFL-SC).

Aprovado nome do advogado Fernando Furlan para o Cade

Por 16 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a indicação feita pelo presidente da República do nome do advogado Fernando de Magalhães Furlan, de 32 anos, para o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O órgão, vinculado ao Ministério da Justiça, tem a atribuição de preservar a livre concorrência no mercado interno, além de julgar e estabelecer punições contra o abuso do poder econômico. Parecer favorável à indicação foi apresentado pelo senador Freitas Neto (PFL-PI).

Filho de um ex-deputado, de quem foi chefe de gabinete, o advogado impressionou a maioria dos senadores pelo seu currículo — dois bacharelados concluídos (Administração e Direito), um mestrado na Universidade de Paris e atuação em escritórios de advocacia na Europa e Estados Unidos.

Em sua fala perante a CAE, Fernando Furlan defendeu a necessidade de se instituírem mecanismos reguladores da livre concorrência de

modo a garantir que a eficiência econômica redunde em benefício a toda a sociedade. Segundo disse, a livre concorrência tem de estar casada à função social da propriedade.

SABATINA

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber se o advogado, por ser parente de dirigentes do grupo Sadia, empresa em que também atuou como advogado, se absteria, como procurador-geral do Cade, de dar parecer em assuntos envolvendo empresa do setor da indústria de alimentos. O interpeorado respondeu que sim.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) alertou seus colegas da CAE a respeito da "pouca idade do candidato" para exercer a função. Segundo o senador, somente a idade poderia conferir experiência suficiente "para lidar com fortíssimas pressões e artimanhas das grandes empresas e grandes conglomerados econômicos".

Já o senador Lauro Campos (sem partido-DF) questionou as imprecisões cometidas pelo advogado no encaminhamento do seu currículo e

chamou-o de idealista por defender a livre concorrência, o que é impossível, segundo o senador, no capitalismo moderno.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) quis saber do advogado sua posição sobre o anteprojeto do governo de criar agência especial reunindo todos os órgãos oficiais que lidam com a defesa da concorrência e do consumidor. Furlan não quis aprofundar a discussão, mas não se mostrou favorável à proposta. Ele se disse, contudo, favorável à união dos organismos que cuidam da livre concorrência e concordou com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que defendeu mais recursos orçamentários para o Cade de forma a dar mais agilidade ao órgão.

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, e Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiaram o perfil do candidato e a escolha do seu nome. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) sugeriu uma reunião da CAE para aprofundar o debate sobre o arcabouço jurídico do país em relação ao abuso do poder econômico.



Fernando Furlan, 32 anos, será o novo procurador-geral do órgão

CE aprova normas para ensino a distância

Projeto apreciado em caráter terminativo estabelece que a realização de programas e o registro e reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado obedecerão às mesmas exigências dos cursos em que é indispensável a presença física dos alunos

A realização de programas e o registro e reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado por meio de ensino a distância obedecerão às mesmas exigências dos cursos em que é exigida a presença física dos alunos. A decisão foi tomada pela Comissão de Educação (CE), ao aprovar projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS). A matéria foi aprovada em caráter terminativo e, se não houver recurso de pelo menos nove senadores para exame do Plenário, vai à apreciação da Câmara.

O projeto estabelece, entretanto, que será exigida a presença do aluno para a defesa de teses e a realização de exames, trabalhos ou



Emilia Fernandes defende normas claras para o ensino a distância

outras formas de avaliação de desempenho. O registro e o reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado obtidos em universidades estrangeiras por meio da educação a distância também obedecerão às exigências. O relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), é de opinião que o projeto irá facilitar a vida de milhares de estudantes que optaram por cursos a distância.

RÁDIO

Na mesma reunião, a CE aprovou autorização para funcionamento das seguintes rádios: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, nas cidades acreanas de Sena Madureira e Rio Branco; Associação Comunitária

e Cultural de Poço das Trincheiras (AL); Associação Comunitária Pititinga, Rio do Fogo (RN); Rádio Porta Voz de Cianorte (PR); Associação Comunitária Farroupilha, Pelotas (RS); Fundação Padre Anchieta Kolbe, nas cidades de Atibaia (SP) e Campo Grande (MS).

A CE também aprovou autorização para funcionamento da Associação Comunitária e Atividades Culturais e Comunitárias de Rancharia (SP); Rádio Auriflama (SP); Rede Autônoma, Osasco (SP); Brasília Super Rádio FM (DF); Fundação João Paulo II, Cachoeira Paulista (SP); Rádio Comunitária Cidade Progresso, Pendências (RN) e Associação dos Moradores e Produtores de Carinhonha (BA).



Comissão de Educação também aprovou autorizações para funcionamento de diversas emissoras de rádio

Acolhido projeto que garante mais recursos para os esportes olímpicos

A Comissão de Educação (CE) aprovou por unanimidade projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP) destinando ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) 2% da arrecadação bruta



Piva é autor do projeto que, na opinião de Eduardo, pode abrir novo caminho para o esporte olímpico

de todos os concursos de prognósticos e loterias federais, entre os quais Quina, Loto e Mega-sena. O projeto segue agora para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com a proposição, 85% do valor arrecadado serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e 15% ao Comitê Paraolímpico. O projeto prevê, ainda, que ambos os comitês deverão investir parte do valor recebido nos desportos escolar e universitário. Caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizar a aplicação do percentual repassado.

O relator da matéria, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), observou que a aprovação do projeto poderá abrir um novo caminho para o esporte nacional. A seu ver, o esporte brasileiro, principalmente o olímpico,

recebe pouco incentivo do governo. Como prova disso, lembrou que, hoje, a Lei Pelé destina aos dois comitês anualmente apenas a renda líquida de um dos testes da Loteria Esportiva. Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e Jogos Pan-americanos, é destinada a renda de um segundo teste para cada uma das entidades.

— A iniciativa abre espaço para uma efetiva promoção do esporte, sem recorrer à criação de novos incentivos fiscais e sem influenciar no poder de atração dos jogos lotéricos — afirmou Eduardo Siqueira Campos.

Quase todos os senadores presentes à Comissão de Educação enaltecem a aprovação do projeto. Álvaro Dias (PSDB-PR) disse que, a partir de agora, o esporte nacional terá recursos permanentes, o que poderá ser um

forte instrumento para o exercício pleno da cidadania, uma vez que a proposição também obriga os comitês a repassarem recursos ao esporte escolar.

Para o presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Vital Severino, que estava presente à reunião, a aprovação do projeto será o início da emancipação do desporto

olímpico nacional. Ele informou que o CPB não tem condições de financiar a preparação de atletas. “Com esses novos recursos previstos no projeto, teremos condições de manter atletas em constante treinamento, gerando melhores resultados nas competições”, garantiu.

Vital Severino, que é cego, disse que, com os recursos garantidos, os atletas portadores de deficiência física poderão exercer a sua cidadania por meio do esporte. E previu que os 2% arrecadados vão gerar uma receita em torno de R\$ 45 milhões por ano para os dois comitês, sendo que 15% desse montante irão para o Comitê Paraolímpico, ou seja, cerca de R\$ 6 milhões. “Não é muito, mas é o início, porque hoje em dia não recebemos nada”, disse.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O senador Lúcio Alcântara e Marco Antônio da Ávila Vitória, do Ministério da Saúde, falam sobre as patentes de remédios para Aids
7h30 — *Entrevista* — O senador Geraldo Cândido fala sobre os benefícios para as pessoas portadoras de deficiência física
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres
9h — Comissão de Educação (gravado)
10h — *Conselho de Ética* — Votação do relatório do senador Roberto Saturnino sobre a violação do painel eletrônico (ao vivo)

Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Discute a criação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — O senador Geraldo Cândido fala sobre os benefícios para as pessoas portadoras de deficiência física
19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional — Apreciação de Projetos de Lei e Decretos Legislativos (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional — Sessão solene em homenagem ao ex-governador de São Paulo Mário Covas (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (representação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:
• Satélite - B1
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 Mhz
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
• Antena - 3,6 m LNB
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
• Symbol 3,2143MS-S
• FEC: 3/4
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização - Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Rádio Senado inicia transmissão em ondas curtas

Programação, que irá ao ar das 7 às 23 horas, incluirá noticiário produzido especialmente para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além das transmissões ao vivo das atividades do Senado e demais programas e serviços já disponíveis em FM

A partir da próxima segunda-feira, a Rádio Senado passa a transmitir também em ondas curtas para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na frequência de 5.990 kHz, com possibilidade de alcance do Caribe e alguns estados da Região Sudeste. As transmissões serão feitas mediante convênio com a Empresa Brasileira de Comunicação – Radiobrás.

A rádio em ondas curtas terá a mesma programação da Rádio Senado FM. Ela inclui as atividades do Senado Federal (Plenário e comissões) ao vivo, música brasileira, informação e serviços. A exceção será um noticiário especialmente produzido

para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e que irá ao ar diariamente às 7h45. A emissora terá transmissões das 7 às 23 horas (hora de Brasília), de segunda a sexta-feira.

A programação básica da Rádio Senado, ao vivo, começa diariamente às 7 horas, com música, informação e serviços. Às 7h45, só para ondas curtas, será apresentado o programa *Senado Notícias*, com informações de interesse para as áreas atingidas pela nova emissora. Às 8h, irá ao ar o programa *Senado Primeira Hora*, que oferecerá aos ouvintes entrevistas, notícias variadas do Congresso, do país e do mun-

do, incluindo cultura e esportes.

Às terças e quartas-feiras, serão transmitidas ao vivo as reuniões das comissões que funcionam em geral a partir das 10h. Às 14h15, o *Senado Notícias – Edição da Tarde* trará as principais notícias da manhã e a agenda do dia do Senado e do Congresso. Às 14h30, serão transmitidas as sessões plenárias do Senado. Às 19h30, será apresentado o *Jornal do Senado*, os dez minutos da *Voz do Brasil*, de responsabilidade do Senado. Ainda na programação, às 20h, música brasileira e informação; e às 22h, *Senado Notícias – Edição da Noite*; e às quintas e sextas, transmissão matinal da sessão plenária do Senado.



Vira lei projeto que disciplina volume do som em serviços de radiodifusão

Já se transformou em lei proposta do senador Lauro Campos (sem partido-DF), aprovada pelos senadores há um mês, que procura inibir o aumento do volume do som das emissoras de rádio e televisão nos intervalos de publicidade. O presidente da República sancionou a proposta, que foi publicada no *Diário Oficial da União* do último dia 10.

O texto aprovado determina que o Executivo estabeleça todos os mecanismos necessários para que as emissoras padronizem seus sinais de áudio, impedindo elevação “injustificável de volume” durante as propagandas. O governo terá 120 dias para baixar normas técnicas sobre o assunto. A lei prevê suspensão de 30 dias para a emissora que

Lauro Campos é o autor da proposta que inibe o aumento do volume de som nos intervalos de publicidade das emissoras de rádio e TV



descumprir as normas.

Quando apresentou o projeto, o senador Lauro Campos argumentou que, no fundo, as emissoras de rádio e de televisão se utilizam do artifício do aumento de volume dos comerciais como

“recurso subliminar para ampliar seu poder de mobilização das mensagens veiculadas”. O parlamentar lamentou ainda que, “no Brasil, tudo indica que o homem deixou de ser mais importante que a publicidade”.

Alberto Pasqualini será lembrado pelo centenário de nascimento

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu em requerimento que o Senado faça uma sessão especial, no dia 25 de setembro próximo, para homenagear o ex-senador Alberto Pasqualini, que estaria completando 100 anos de nascimento naquela data. A proposta foi aprovada pelo Plenário.

Ao justificar a sessão, Simon lembrou que as idéias de Pasqualini, defensor do traba-

lismo, continuam atuais. Há 50 anos, ele escrevia que o analfabetismo, a falta de ocupação, a vida difícil e a miséria poderiam criar “uma grave situação de insegurança”, que evoluiria para “uma criminalidade irreprimível”. Conforme Simon, Pasqualini afirmava naquela época que as pessoas deveriam compreender que era mais seguro dar “um meio de vida a um esfaimado” que rondava suas portas do que chamar a polícia.



Para Simon, que sugeriu a homenagem, as idéias de Alberto Pasqualini permanecem atuais

Aprovado voto de pesar pelo falecimento de Didi

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) para inserção, em ata, de voto de profundo pesar pelo falecimento de Waldir Pereira, o Didi, falecido no último sábado aos 72 anos de idade. Duas vezes campeão do mundo de futebol, em 1958 e 1962, Didi destacou-se no futebol nacional como meio-de-campo do Botafogo do Rio de Janeiro, onde atuou durante grande parte de sua carreira, projetando-se para a Seleção Brasileira.

Didi começou a carreira no Goitacaz, de Campos (RJ), sua terra natal. Aos 16 anos, foi para o

Rio de Janeiro. Jogou no Madureira e no interior paulista, voltou ao Madureira em 1946, já profissional, passou depois pelo Fluminense e, finalmente, foi para o Botafogo, de onde saiu para uma passagem rápida pelo Real Madrid. Didi também atuou como treinador no Brasil e no exterior. Como treinador do Peru, enfrentou o Brasil na Copa do Mundo de 1970, no México. Entrou para a história do Maracanã ao marcar o primeiro gol no estádio, em um amistoso, em 1949.

De acordo com as tradições do Senado Federal, serão enviadas condolências à família.

Senadores homenageiam o ex-ministro Juracy Magalhães

Por requerimento da banca da Bahia, também foi inserido em ata voto de profundo pesar pelo falecimento do político e intelectual Juracy Magalhães, ocorrido ontem. Serão enviadas condolências à família e aos governos dos estados do Ceará, onde nasceu, e da Bahia, do qual foi o maior líder político durante 30 anos.

Ao encaminhar o requerimento, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lembrou que Juracy Magalhães foi governador da Bahia duas vezes, ministro de Estado e senador. Exerceu o cargo de presidente da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobras. “Quero traduzir o pesar da Bahia e de todo o Brasil pela perda des-

se grande político, arauto da UDN”, enfatizou.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou que Juracy foi acolhido pela “calorosa Bahia e ali fez sólida carreira política”. Além dos cargos que exerceu, lembrou o senador, Juracy legou ao Brasil políticos importantes como o ex-senador Jutahy Magalhães, seu filho já falecido, e o atual líder do PSDB na Câmara, deputado Jutahy Magalhães Filho.

Bello Parga (PFL-MA) lembrou que Juracy, quando pré-candidato à Presidência da República, foi preterido pela UDN em favor de Jânio Quadros. O episódio, disse o senador, “teve as consequências funestas para o país que todos conhecem”.

Subcomissão quer Conselho do Idoso instalado logo

Foi aprovada a convocação da secretária nacional de Assistência Social, responsável pela implementação dessa política no âmbito federal

A rápida implantação do Conselho Nacional do Idoso está entre as providências a serem defendidas pela Subcomissão Permanente do Idoso, de acordo com proposta aprovada na reunião de ontem. O presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), lembrou que o conselho foi criado em 1994, não tendo sido instalado até hoje.

A subcomissão decidiu convocar, em data a ser definida, a titular da Secretaria Nacional de Assistência Social, Wanda Engel, responsável pela implementação da política do idoso no âmbito do governo federal. Seu depoimento servirá para que a subcomissão tenha um quadro do que está sendo feito a favor desse segmento da sociedade e possa pautar suas ações.

Quintanilha considera importante que a subcomissão realize essa avaliação preliminar, de modo a aferir como está o cumprimento da legislação em relação ao idoso. Para isso, ele acredita que o depoimento de Wanda Engel será de grande valia. Após a audiência, a subcomissão definirá o calendário para os outros depoimentos aprovados – da apresentadora Hebe Camargo, 70 anos; do cantor Juca Chaves, 60 anos; de Inezita Barroso, com mais de 80 anos e que mantém um programa musical na TVE; e do



O presidente da subcomissão, Leomar Quintanilha, tendo à sua direita o vice, Juvêncio da Fonseca

técnico de futebol Zagallo, 70 anos. Eles foram listados como exemplos de pessoas que seguem em atividade, aceitando bem o envelhecimento e servindo de exemplo de autoestima para a população de mais idade.

O presidente da subcomissão chamou a atenção para a importância da reintegração do idoso ao mercado de trabalho, ressaltando que hoje as pessoas têm chegado a idades avançadas com qualidade de vida e, por isso, a sociedade não pode abrir mão da experiência e do conhecimento delas.

Já o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), vice-presidente da subcomissão, ressaltou que o trabalho do colegiado contribuirá para produzir uma legislação forte, capaz de garantir aos

idosos condições adequadas de atendimento social. O senador Tião Viana (PT-AC) disse considerar de enorme importância o trabalho da subcomissão e sugeriu um levantamento da situação dos asilos, de modo a evitar a repetição de tragédias.

Para assegurar a difusão das informações sobre o trabalho da Subcomissão Permanente do Idoso, foi aprovada a criação de um *site* na Internet, com um endereço eletrônico para que a população apresente suas sugestões e denúncias aos senadores. A página terá também informações sobre legislação e direito dos idosos. Foi acolhida ainda a criação de um serviço 0800, de chamada telefônica gratuita, também com o objetivo de trazer à subcomissão as expectativas dos idosos.

Jucá destaca 3ª Conferência Nacional de Saúde Indígena

A realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, por iniciativa da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), foi registrada ontem pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), que elogiou o esforço desenvolvido pelas duas entidades para envolver a sociedade na questão indígena. Conforme Jucá, o evento reunirá lideranças indígenas e representantes dos governos federal, estaduais e municipais e do Judiciário para debater a ampliação da cobertura de saúde aos povos indígenas. Ele

lembrou que a Funasa conseguiu triplicar os recursos destinados à saúde indígena.

Jucá destacou também o anúncio feito pelo presidente da República de que serão contratados 2 mil professores universitários pelas universidades públicas federais. Segundo o senador, o presidente atendeu a pedido do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que apontou a falta de professores nas universidades com pouca estrutura. “É o caso da Universidade Federal de Roraima, que vem trabalhando em condições precárias e receberá 120

professores”, revelou.

O senador ainda chamou a atenção para um alerta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em relação às cidades de médio porte (entre 50 mil e 500 mil habitantes), que tiveram um crescimento populacional acima dos 3% entre 1991 e 2000, para uma média nacional de 1,63%. Na opinião do líder, isso demonstra a necessidade de adoção de uma política específica para essas cidades.



Romero Jucá é líder do governo no Senado

Mauro afirma que governo de Goiás não melhorou segurança

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que, decorridos dois anos de administração, o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), não melhorou o aparelho policial militar do estado, conforme prometera em campanha eleitoral. O senador cobrou a imediata criação do plano de carreira para policiais e bombeiros, com uma política salarial que garanta remuneração condigna às exigências do perigoso exercício da atividade policial.

Mauro pediu também a implantação de regras claras de movimentação desses servidores, para acabar com perseguições e transferências de policiais motivadas por questões de natureza política.

Outro aspecto questionado pelo senador na administração de Marconi Perillo foi a falta de preparação técnica dos policiais e a inexistência de aparelhamento adequado, como viaturas, armamento, computadores etc.

– Como ter uma polícia eficiente se faltam os meios técnicos e científicos para combater a criminalidade? – indagou o parlamentar.

Mauro Miranda relacionou doze promessas que teriam sido feitas por Perillo aos policiais de Goiás durante sua campanha ao governo. Segundo disse, apenas uma delas foi cumprida: a ampliação do quadro do corpo de bombeiros.

Convicto de que a criação do plano de carreira para policiais e bombeiros é uma das questões importantes para a resolução dos problemas que afetam a segurança pública de Goiás, o senador responsabilizou o governo pelas conseqüências que porventura decorrerão da falta de condições dignas de trabalho para bombeiros e policiais.



Faltam meios para combate ao crime, diz Mauro

Arlindo Porto elogia gestão do ministro do Esporte e Turismo

A gestão do ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, foi elogiada ontem pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG). O parlamentar atribuiu o êxito de Carlos Melles às atividades desenvolvidas pelo ministério que concorrem para fortalecer a economia, combater o desemprego e a violência e promover a melhoria das condições de vida dos brasileiros, principalmente das crianças, com a volta do esporte nas escolas.

Segundo Porto, Carlos Melles assumiu o ministério num momento delicado, ainda em fase de estruturação e consolidação. A extinção do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), na opinião do senador, foi uma importante decisão de Melles, pois esse órgão era alvo de denúncias de irregularidades. O parlamentar salientou o bom desempenho de programas como Brasil Potência Esportiva, Gestão da Política Esportiva, Esporte Direito de Todos, Esporte de Criação Nacional e de Identidade Cultural, e dos projetos Pintando a Liberdade, Infra-Estrutura Esportiva, Atividades Físicas para a Terceira Idade e Esporte Solidário.

– A partir da unificação, o Ministério do Esporte e Turismo assumiu a tarefa de atuar como principal indutor da expansão das atividades esportivas e turísticas no Brasil. Mesmo reconhecendo, ainda na sua posse, que era um “cristão-novo” na área, o ministro vem conseguindo vencer essa batalha destinada a transformar o esporte e o turismo em valiosos instrumentos de desenvolvimento econômico e social – afirmou Arlindo Porto.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) concordou com o discurso de Porto: “Tenho muito orgulho em ver um contêrraneo desenvolvendo um trabalho sério e atuante”, disse. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) se pronunciou desejando que a administração do ministro continue no rumo da seriedade e transparência. O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) elogiou a iniciativa de congratular o ministro do Esporte e Turismo por sua gestão “competente e inovadora”.



Extinção do Indesp é destacada por Arlindo Porto